



Imoralidade, instabilidade, capitalismo e judeus em *Angústia*, de Graciliano Ramos

Immorality, instability, capitalism and the Jew in Graciliano Ramos' *Angústia*

Márcio Henrique Muraca*

Resumo: Por meio do protagonista Luís da Silva, do romance *Angústia* (1936), de Graciliano Ramos, é possível ver a relação pecado-culpa-castigo, em função de sua percepção do sistema capitalista como imoral. Moisés, um dos amigos de Luís, é personagem que aparece articulado a essa tensão no pensamento crispado do narrador: há conceitos antijudaicos nele, como a ligação “judeus-comunismo”, “judeus-capitalismo” e “judeus-ateísmo”. O ressentimento é consequência da opressão que Luís da Silva percebe em sua vida, na qual se vê impossibilitado de realizar um projeto de estabilidade/constância – em sentidos diversos.

Palavras-chave: Capitalismo. Judeus. Graciliano Ramos.

Abstract: It may be perceived the relation sin-guilt-punishment through Luís da Silva's account, the protagonist of Graciliano Ramos' *Angústia* (1936). That is due to his conception of the capitalism as an immoral system. One of Silva's friends is Moisés, a character who is linked to anti-Judaism concepts in the protagonist's cracked thought, such as the “Jew/communism”, the “Jew/capitalism”, and “the Jew/atheism”. Resentment is consequence of the oppression felt by Luís da Silva in his life, in which he struggles for stability/consistency – in many ways.

Keywords: Capitalism. Jews. Graciliano Ramos.

Mesmo em uma sociedade fundamentalmente comercial [como a norte-americana] há uma propensão para o que Nietzsche chamou de ressentimento – o ódio que o menos bem-sucedido sente pelo mais realizado, e a tentativa de racionalizar o fracasso ao deslegitimar as conquistas. Joseph Schumpeter via o ressentimento como o resultado secundário quase inevitável do dinamismo que é característico do



capitalismo; e Friedrich Hayek notou que eram os judeus que geralmente deviam carregar a pior parte dessa tal indignação.

Jerry Muller

Sem-vergonha. Recuperava a minha liberdade. Muito bem. Fazia tempo que não frequentava as mulheres. Pois estava em casa de uma. O pior é que só me restavam catorze mil-réis e uns níqueis. O dinheiro tinha voado, tinha-se esbagaçado, virara camisas de seda, pó-de-arroz. Dos males o menor.

Graciliano Ramos

Um dos exercícios mais provocativos de *Angústia* (1936), de Graciliano Ramos, é mesmo entender qual a exata angústia do protagonista Luís da Silva. A ambivalência da narrativa em primeira pessoa enredada de conflitos sugere a não particularização de *um* afeto e, menos ainda, sua gênese, mas antes um escorregadio núcleo subjetivo formado por nós de memória ressentida que perfazem a simbiose entre “problema moral” e “problema social”, como demonstra Carpeaux (1999, p. 886) em seu “Autenticidade do romance brasileiro”.

Consideração posta, uma leitura possível de Luís da Silva recai no seu desalento em meio àquele “dinamismo” “característico do capitalismo”, como é colocado nas palavras de Jerry Z. Muller, na epígrafe acima. Esse desconforto revela menos um sujeito incapaz e mais um ser hipersensível (ou reflexivo) que, antagonicamente, vem a se ressentir das relações agressivas e competitivas que o sistema exige para alcançar o que se considera nele sucesso; a tal ponto que o meio de o protagonista responder à opressão acachapante que sente é sufocando-a até a morte, isso simbolizado na cena em que enforca o burguês Julião Tavares.

Ocorre que essa sensibilidade ferida guarda muito de abandono e de sentimento de violência desde a infância – Luís da Silva continua sendo o menino que o pai, obtuso, brincava de afogar no rio. É neste cruzamento de antes e agora que uma perturbação pode ser aqui levantada: Luís se ressentido do *sossego rompido* por alguém numa posição de poder acima da sua. A tranquilidade perseguida pelo narrador, numa movimento *quase* monástico em que a solidão conforta,¹ é oposta à força dinâmica (e inexorável) que lhe obriga a



sair de seu universo sensível para agir, se quiser sobreviver. Assim, se na infância ele aprende a nadar para se livrar do pai, no tempo presente, precisa ir além, e tirar o ar do outro se mostra como solução.

Contudo, ele mesmo chega à conclusão de que sua condição em nada mudou após o assassinato. No máximo, ruiu a projeção de que sua vida no ambiente urbano capitalista pudesse reproduzir o espaço de sua infância na fazenda, onde seu lugar era determinado e, portanto, seguro. Retomando Carpeaux (1999, p. 886), é o “mundo velho em decomposição”.

No presente da narrativa, numa aproximação capitalista, Luís da Silva passa de um sujeito “credor”, dentro de seus limites íntimos e financeiros, para o de “devedor” e *pecador*. O que ele parece não enxergar é o fato de que não é só vítima do sistema, à vista de que há o desejo de encontrar um lugar no que Bueno (2006, p. 628) descreveu como “nova ordem” e que, aqui, se chama de capitalismo urbano, em contraste com o mundo agrário arcaico em que o protagonista viveu, mais simplificado e onde, apesar da violência e retraimento, sua posição, em relação aos outros, era a de centro. Essa configuração parece que vem formalizar na obra a passagem da tradição para a modernidade na década de 1930, sendo ambas ilusórias quanto ao aspecto seguro e protetor da primeira e as possibilidades de igualdade e bem estar da segunda.

Nesse contexto, Luís da Silva avança diante do enfado de sua rotina como funcionário público e como indivíduo que enxerga no universo da escrita alguma possibilidade de emancipação, mas algo que se mostra, igualmente, frustrante.² Tendo isso em vista, convém dizer que sua “sensibilidade ferida” vem, num primeiro momento, acoplada à *falta*, o que o leva a solucionar seu sentimento de não pertencimento ao mundo urbano capitalista por meio do debate intelectual, da escrita, e, também, do casamento com Marina. Acontece que, frustradas tais expectativas que apenas lhe consomem energia e dinheiro, apresenta-se a ele o velho sentimento de perda, de não ter para onde ir, de indivíduo “solto no mundo”.

Abaladas a sensibilidade, uma certa esperança e o impulso ativo, resta a Luís da Silva o esvaziamento de si, o ressentimento. “Tempo do pesadelo” num “movimento giratório” (ROSENFELD, 1973, p. 83), o alívio na projeção da ofensa se encontra na percepção de esvaimento da moral na sociedade e, daí, a *obscenidade* que ele espia de longe ao seu redor. A vergonha traz-lhe a raiva³ diante do sentimento de concorrência injusta que encontra sua imagem severa na deformação de Julião Tavares – um rato de dentes afiados (RAMOS, 2004, p. 43), um *bode*, na descrição de Luís da Silva; mais do que isso, um despudorado: “E Julião Tavares farejava as datilógrafas como um bode” (RAMOS, 2004,



p.188). Ao mesmo tempo, Luís se vê em figura similar: “Não sou um rato, não quero ser um rato.” (RAMOS, 2004, p. 6).

Perceber-se fora do “culto capitalista”, para lembrar expressão de Giorgio Agamben (2013)⁴ acerca de “O capitalismo como religião”, de Benjamin, coloca Luís da Silva na posição daquele que, a cada dia, tem de enfrentar a sujeira pecaminosa do sistema. Por isso, também, uma justificativa possível para a presença da água em seu relato, o lavar as mãos, os banhos intermináveis, a chuva, o rio. Lembrando, ainda, que a crítica social no plano profundo é estruturada no psicológico: o menino foi vítima do arcaísmo das relações de outrora tanto quanto o é na “cultura do asfalto”, sendo esta compreendida pelo pensamento anticapitalista como “forma de existência artificial e não autêntica”, conforme assinala Muller (2011, p. 72).

A relação pecado-culpa-castigo que transita pela sociedade “velha” rural vai ganhando contornos mais complexos no ambiente urbano de mercado, implicação metaforizada na articulação *imoralidade* e *obscenidade*, em que, no olhar de Luís da Silva sobre o ruidoso centro de Maceió, se mostra em “todos os veículos” transportando “pecados”, uma “cidade em cio”, exatamente como o “chiqueiro do velho Trajano” (RAMOS, 2004, p. 198). Para o protagonista, não há, em última instância, diferença entre a sujeira crua e nua dos tempos na fazenda com a sujeira velada em automóveis e nas modernas ruas do presente, sendo que a violência física do passado vem à tona na incontornável presença da violência espectral das pilhas de “contas”, sendo o débito/crédito seu sumo sacerdote (AGAMBEN, 2013), aniquilador do sossego:

Não consigo escrever. Dinheiro e propriedades, que me dão sempre desejos violentos de mortandade e outras destruições, as duas colunas mal impressas, caixilho, dr. Gouveia, *Moisés*, homem da luz, negociantes, políticos, diretor e secretário, tudo se move na minha cabeça, como um bando de vermes, em cima de uma coisa amarela, gorda e mole que é, reparando-se bem, a cara balofa de Julião Tavares muito aumentada. Essas sombras se arrastam com lentidão viscosa, misturando-se, formando um novelo confuso. (RAMOS, 2004, p. 9-10).

Considerando a narrativa em conjunto, o fragmento expressa o carrossel financeiro de Luís da Silva, o qual lhe tonteia de preocupações e o desestabiliza em sentidos diversos. É neste ponto que *Moisés* surge em meio a esse incômodo, às “contas a pagar”, já que é o amigo judeu aquele que também lhe faz empréstimos, funcionando ele, aí, como metonímia do crédito que um sujeito desguarnecido nas relações capitalistas encontra como meio de consumo.



A relação judeu/crédito/pecado pode ser constatada noutro momento do relato de Luís da Silva, quando ele se culpa pelo “roubo” do dinheiro de sua criada Vitória, meio pelo qual o narrador arranja para poder ir ao teatro para espiar Marina e Julião. Embora Luís não gaste a quantia e venha a restituir o dobro do valor na cova onde a mulher enterrava as moedas, sendo que Vitória contava e as recontava obsessivamente todos os dias, ele não deixa de sentir a “miséria” do ato.⁵ Nessa perspectiva, o diálogo com a análise de Bueno (2006, p. 639-640) acerca do episódio é imperioso, tendo em vista que o crítico menciona diretamente um vocabulário financeiro crucial a esta leitura, no qual incluem juros, usura e “poupança”, sendo esta relacionada ao sacrifício da economia no presente como meio de se alcançar o *sossego* no futuro.

O lance sujo, por assim dizer, na autocrítica de Luís da Silva passa, na visão de Bueno (2006, p.640), menos pelo “furto” em si e mais por haver levado “desespero a uma alma que vivia sossegada” (RAMOS, 2004, p.157), no caso Vitória, o que reflete a própria angústia do protagonista diante de Tavares que, em grande medida, no ponto de vista de Luís, “adquire” Marina numa concorrência desleal. O investimento da criada que busca a tranquilidade no depósito do dinheiro miserável está intimamente articulado ao investimento de Luís da Silva na vizinha: ele não só gasta todas as suas economias no enxoval e nas joias para o casamento como ainda fica devendo na praça, justamente para o tio de Moisés, que, de “amigo”, passa a ser referido como o “Moisés das prestações”. O constrangimento da dívida o afasta da vida social: “Pois ultimamente precisei renunciar ao café, por causa do Moisés. Ele também se esquivava. Há dias deu de cara comigo ao dobrar uma esquina e empalideceu.” (RAMOS, 2004, p. 28).

O prejuízo de Luís da Silva atinge, desesperadamente, a sua tranquilidade tanto quanto o de Vitória. Ou seja: o agravo da economia perdida não está apenas no que materialmente se privou de imediato, mas na ruína de uma expectativa. Como Bueno (2006, p.640) destaca, o casamento com Marina era a projeção para Luís de sua entrada na “nova ordem” a que ele fora lançado após a derrocada do mundo rural onde tinha sido criado e onde tinha seu lugar. O bom negócio com vistas ao lucro (*sossego*) no futuro se converte no prejuízo horripilante que atinge as finanças e, sobretudo, a vida social e íntima do sujeito, tendo como consequência a tão temida instabilidade financeira da “religião capitalista”. O *investimento a longo prazo* emerge, portanto, como ilusório, mais uma armadilha do artificialismo do “capital”, segundo essa visão.

Voltando à leitura de Bueno (2006, p. 639), é preciso notar que, imediatamente antes de chegar ao episódio da criada, o crítico menciona Moisés como um



“amigo” que, na verdade, não se converte em “irmão”, mas antes numa relação na qual ambos não se escutam.

Desse modo, quem é afinal o judeu Moisés? Mais um investimento de Luís da Silva? Vale citar a apresentação do “amigo” judeu:

Moisés comenta o jornal. Nunca vi ninguém ler com tanta rapidez. Percorre as colunas com o dedo e para no ponto que lhe interessa. Engrola, saltando linhas, aquela prosa em língua estranha, relaciona o conteúdo com leituras anteriores e passa adiante. É um dedo inteligente o do Moisés. O resto do corpo tem pouca importância; os ombros estreitos, a corcunda, os dentes que se mostram num sorriso parado. O que a gente nota é o dedo. O dedo e a voz sibilada, descontente, sempre a anunciar desgraças. Moisés é uma coruja. Acha que tudo vai acabar, tudo, a começar pelo tio, que esfolia os fregueses. E eu acredito em Moisés, que não escora as suas opiniões com a palavra do Senhor, como os antigos: cita livros, argumenta. Prega a revolução, baixinho, e tem os bolsos cheios de folhetos incendiários. [...] De repente cala-se: foi o doutor chefe de polícia que apareceu e começou a cochichar com os políticos. O dedo de Moisés some-se entre as folhas do jornal, o revolucionário esconde-se por detrás do sorriso inexpressivo. Covardia. Mas afasto este pensamento severo. [...] Moisés não tem jeito de herói: é apenas um sujeito bom e inteligente. Por isso fiz o sacrifício de lhe dar cem mil-réis, que me vão transtornar o orçamento. (RAMOS, 2004, p. 29-30).

Tal introdução já descortina as várias relações que circundam o judeu na sociedade via o “observador” Luís da Silva: a leitura é o forte de Moisés, habilidade que se liga de imediato ao judaísmo como “religião dos livros”. O socialismo, mito contemporâneo que sobrepõe judaísmo a bolchevismo, conforme Muller (2011, p. 173), diferencia Moisés do tio, este figura que se alia ao velho judeu usurário, capitalista, na (pré)concepção do narrador.

É importante reforçar aí a crítica de uma militância limitada e “da boca pra fora”: na presença da polícia, Luís diz que o agitador Moisés, com os bolsos cheios de “folhetos incendiários”, se cala, é um “covarde”, mas logo o absolve sugerindo que, no final das contas, o “amigo” judeu não tem nada de herói, é um sujeito bom e inteligente e, por isso, o tolera e, sofredamente, lhe paga certa parte do débito com o tio, porque, além de lhe *servir* como companhia, permite



que Luís continue a frequentar o café sem o constrangimento de encontrar a representação do “credor”. A descrição sugere o judeu numa posição rebaixada em relação a Luís da Silva.

É necessário desde agora assinalar a distinção que o protagonista faz entre o amigo, um agitador pessimista e “soprador” da revolução, e o tio do amigo, um “judeu verdadeiro” que “esfola os fregueses” (RAMOS, 2004, p. 28-29), na percepção do sobrinho, o que vem a calhar com a descrição de Muller (2011, p. 142-143) de que os próprios judeus antipáticos ao capitalismo pregaram a vida de “vendedor” como tentadora, no sentido de “enganar”, afastando o indivíduo da “santidade” e levando-o à “autoglorificação” e ao “excesso material”. Essa visão de Moisés também pode ser articulada ao que Muller (2011, p. 154) explica mais adiante em seu ensaio de que *alguns* judeus⁶ foram atraídos pelo comunismo por um desejo de “fugir de uma origem” identificada com “particularismo”, “bairrismo”, “atraso”, e “comércio”.

No caso das moedas de Vitória, Luís da Silva, desenterrando o “tesouro” e prometendo devolvê-lo com juros de “cem por cento”, assim cogita o hábito da criada de guardar dinheiro:

Se Moisés tivesse aparecido [para lhe emprestar o dinheiro]... Moisés e Pimentel só apareciam quando não eram necessários. Restituiria as moedas com aumento. Considerarei que Vitória não se assemelhava ao tio de Moisés. Vitória não tinha a paixão do lucro: apenas guardava o dinheiro ganho. E queria que, muito ou pouco, ele estivesse ali em segurança. A ideia de que ela ia surgir, resmungando, arrastando os pés reumáticos, paralisou-me os dedos. Surpreendi-me a dizer e a repetir em voz baixa:

– O dinheiro foi feito para circular. (RAMOS, 2004, p. 153).

Pelo que se lê no fragmento, a racionalização de Luís da Silva, em verdade, diz muito sobre ele mesmo, em que a projeção parece bastante clara. Em primeiro lugar, há de se notar que Moisés, assim como o outro “amigo” Pimentel, é percebido como quem mais importuna do que ajuda. Como em outros momentos da narrativa, Luís se põe na posição daquele que é condescendente, fruto de uma personalidade que desde muito cedo não enfrenta a provocação do outro de modo frontal e que reflete determinado valor moral de solidariedade e cumplicidade, como se isso se assemelhasse a uma forma de negociata que evitasse o embate entre os sujeitos, garantindo a manutenção da estabilidade e, sobretudo, o lugar na hierarquia espelhada nas relações patriarcais onde Luís da Silva, assim como o avô, se encontra numa posição superior, mesmo sendo tão ou mais miserável que o outro. Os “amigos” são



como os ratos em que ele mesmo alimenta para que o deixem em paz por um momento e como os meninos que o espiam pelo muro com intenção de “roubar” mangas de seu quintal – e ele finge não ver.

No que concerne mais especificamente à projeção, quando Luís da Silva ajuíza Vitória, em realidade, parece muito mais falar de si, absolvendo-se: tal como a criada, ele não visava à *paixão* pelo lucro como o judeu o faz, sendo este representado pelo tio de Moisés. A segurança ao poupar o salário é, nessa visão, um expediente objetivo de autopreservação num sistema que pouco (ou nada) oferece ao cidadão “proletário”, sobretudo no contexto da época em que a modernização do país exigia mudanças nos direitos trabalhistas, principalmente de uma massa miserável que se deslocava do campo para as cidades em busca de emprego.

Em seu ponto de vista, projetando-se sobre a criada, Luís da Silva não tinha como meta a usura identificada com o judeu. Tanto que o alívio de sua culpa pelo roubo – “nenhuma ação indigna” (RAMOS, 2004, p. 154) – se estabelece via restituição do dinheiro com “juro de cem por cento”, que levaria Vitória, “inconscientemente”, a entrar num “ótimo negócio”, a expensas de ele roubar o próprio dinheiro “para aumentar o tesouro da ladra”, uma vez que julgava que parte das economias enterradas da mulher era resultado de moedas furtadas dele mesmo. A presença do olhar sinistro de um gato que o deixa incomodado, e com quem se identifica durante a escavação, parece ser imagem potente a qual enfatiza a relação finanças e sordidez.

A figura do judeu se sobrepõe à do gatuno de que Luís ora se aproxima ora se afasta em suas justificações. E uma dessas racionalizações aparece, súbita e ironicamente, baseada numa presunção cara ao capitalismo: ao dizer que o “dinheiro foi feito para circular”, Luís da Silva, conflituosamente (*surpreende-se* ao dizer e repetir), dá mostras de atração recalcada por um sistema que ele, em geral, condena. Seu argumento toca diretamente o conceito de “circulação”, que, segundo a definição de Marx (1976, p. 118), é possível, primeiro, pelo “pressuposto das mercadorias como preços” e, segundo, por um “sistema de atos de troca” que, diversamente de obrigações feudais, por exemplo, constituem “não atos isolados de troca, mas um circuito de trocas, uma totalidade delas, em fluxo constante, e que ocorrem em maior ou menor medida em toda a superfície da sociedade”. Está aí o antagonismo: a determinação de preços e lucros se dá pela circulação, o que vai de encontro à crítica que o personagem, linhas acima, faz da usura no sentido da troca, da negociação.

Tal crítica se ancora à ideia de produtividade. Em outras palavras, o tio judeu, em sua “inerente” paixão pelo dinheiro, é mesquinho porque seu lucro provém da posse do capital em proveito próprio. Portanto, é esse homem um



negociante ganancioso que não divide e não faz circular a riqueza produtivamente, é ele um mal necessário numa sociedade desigual a sobreviver da miséria do outro, noção que desde a Idade Média associa negativamente o judeu como “alguém fora da comunidade de valores compartilhados” e que, em razão disso, manuseia o dinheiro de modo egoísta (MULLER, 2011, p.27).

Por outro lado, o “judeu” Moisés é diferente do “judeu” tio:

É [Moisés] um péssimo cobrador. Dei-lhe este mês cem mil-réis para pôr termo a esses vexames. Mas ainda devo muito, nem sei quanto. A culpa é minha. Quando me vendeu as fazendas, Moisés foi franco:

– Isto é caro como o diabo. Você faz melhor negócio comprando a dinheiro noutra loja.

Mas eu estava na pindaíba e precisava adquirir os trapos para Marina. Desde então venho suando para reduzir o débito. Quando me atraso, Moisés foge de mim. Agora, depois de receber o cobre, declarou-me que as mercadorias já tinham sido pagas. Infelizmente não me podia dar quitação, porque os troços que vende são do tio, judeu verdadeiro.

E o constrangimento desapareceu. (RAMOS, 1982, p. 24-25).

O contraste entre o tio, “judeu verdadeiro”, e Moisés, “péssimo cobrador”, é evidente. A observação de Luís da Silva sugere que o amigo, sendo judeu brasileiro, é justamente um sujeito que compartilha dos valores da sociedade. O tio, pelo contrário, é um negociante impiedoso e inflexível, muito provavelmente um imigrante destituído de afetividade ao país que o acolheu, sendo sua única meta o lucro. Moisés é um “judeu ilegítimo” também pela preocupação social conferida pela intelectualidade e ideologia esquerdista, como é enfatizado em vários momentos da narrativa – “falava em milhões de desempregados, consciência de classe” (RAMOS, 2004, p. 57) –, embora haja aí certa crítica implícita de que a preocupação social não passa de discurso estéril, o que vem a se articular com o sufocamento que perpassa todo o romance. Vale dizer que, com isso, *Angústia* avança em sua crítica, chegando, agora, à intelectualidade de esquerda vazia que, paradoxalmente, transita em meio ao sistema capitalista.

Ao justapor em Moisés o “judeu comunista”, o “intelectual” e o “capitalista”, a narrativa parece formalizar sua crítica ferrenha a toda sociedade. Formulação essa que se estrutura na posição observadora de Luís da Silva, o qual se vê



distante até mesmo dos “amigos”, círculo em torno do protagonista estabelecido por ele menos pela fraternidade e mais por uma relação de superioridade que se aproveita da presença do outro que julga mais abaixo dele próprio, tendo como retorno o não resvalamento na solidão extrema – o que não é muito diferente dos ratos e dos meninos do quintal, “figurinhas insignificantes” que lhe servem:

Às vezes eu estava espremendo o miolo para obter uma coluna de amabilidades ou descomposturas. É o que sei fazer, alinhar adjetivos, doces ou amargos, em conformidade com a encomenda. Moisés entrava, puxava uma cadeira, sentava-se, abria o jornal. Vinha Pimentel, amarelo, triste, silencioso. Seu Ivo, bêbado, acorava-se a um canto e punha-se a babar, cochilando. Nenhuma dessas pessoas me incomodava. Trabalhava diante delas como se estivesse só, e ninguém me interrompia.

– Revolução na China, dizia Moisés.

Pimentel estirava o pescoço e enrugava a testa, farejando assunto. E lá vinham confusamente os chineses do telegrama. Seu Ivo queixava-se da carestia dos gêneros. Apertava o cinturão, bocejava, pedia comida. Eu dava respostas sem perceber direito as perguntas e sem interromper o trabalho. As frases iam pingando no papel, umas traziam as outras, e no fim lá estava aquela prosa medida, certinha, que me enjoava. Quando a expressão fugia ou as ideias se misturavam, acendia um cigarro. E, enquanto desanuviava a cabeça, punha os olhos distraídos na figura aniquilada de seu Ivo, que ali estava no canto da parede, babando-se, as pálpebras cerradas. As mãos eram dois calos escuros, os pés descalços eram patas achatadas. (RAMOS, 2004, p. 55-56)

Na sequência, a instabilidade emerge, desagregando a tranquilidade e a posição cômoda de Luís da Silva diante de “figuras” que não o atormentam. A concorrência é dura agora e de credor e doador nessa ciranda, ele passa, igualmente, a um sujeito rebaixado e exposto:

O homem do Instituto [Julião Tavares] atrapalhou-me a vida e separou-me dos meus amigos.



– Que diabo vem fazer este sujeito? murmurei com raiva no dia em que Julião Tavares atravessou o corredor sem pedir licença e entrou na sala de jantar, vermelho e com modos de camarada.

Soltei a pena, Moisés dobrou o jornal. Pimentel roeu as unhas. E assim ficamos seis meses, roendo as unhas, o jornal dobrado, a pena suspensa, ouvindo opiniões muito diferentes das nossas. As de Moisés são francamente revolucionárias; as minhas são fragmentadas, instáveis e numerosas; Pimentel às vezes está comigo, outras vezes inclina-se para Moisés.

Raramente discutíamos. O judeu cansava-se em dissertações longas, que eu aprovava ou desaprovava com a cabeça. Acontecia aprovar agora e reprovar depois. Quando bebia, tornava-me loquaz e discordava de tudo, só por espírito de contradição:

– História! Esta porcaria não endireita. Revolução no Brasil! Conversa! Quem vai fazer revolução? Os operários? Espere por isso. Estão encolhidos, homem. E os camponeses votam com o governo, gostam do vigário.

O que eu queria era convencer-me de que não tinha razão. Desejava que Moisés estirasse argumentos e seu Ivo se revoltasse.

– Números. Nada de tapeação. Estatística.

O judeu falava em milhões de desempregados, em consciência de classe, voltava-se para seu Ivo, que não compreendia a língua dele:

– Não entendo. Vossemecês são brancos, lá se arrumem.

Eu gritava no ouvido da criada:

– Ele diz que a gente não precisa de Deus. Nem de Deus nem de padres. Vai acabar tudo.

– Credo em cruz! opinava a mulher.

[...]

O outro sujeito inútil que nos apareceu era muito diferente. Gordo, bem vestido, perfumado e falador, tão falador que ficávamos enjoados com as lorotas dele. Não



podíamos ser amigos. Em primeiro lugar o homem era bacharel, o que nos distanciava. Pimentel, forte na palavra escrita, anulava-se diante de Julião Tavares. Moisés, apesar de falar cinco línguas, emudecia. Eu que viajei muito e sei que há doutores quartaus, metia também a viola no saco. (RAMOS, 2004, p. 55-58).

Enjoo é termo que aparece duas vezes no relato de Luís da Silva. Relaciona-se, no fragmento anterior, à escrita de encomenda que faz para aumentar a renda e, também, como meio de apaziguamento, mesmo que não pleno e apenas provisório, da rotina entediante e destituída de poder. Prestar a habilidade da escrita ao mercado o enoja. Igualmente nauseante é o discurso e a presença de Julião Tavares, acusado por Luís de “atrapalhar” sua vida e “separar” dele os “amigos”, invadindo seu ambiente. Parece claro, no plano social da narrativa, a tradição sendo violentada pela modernização capitalista, em que não há espaço pleno para a “transição” do sujeito, mencionada por Bueno (2006, p. 628), da velha ordem para a nova.

A inexorável chegada de Tavares anula todos os “intelectuais” dali. Seu Ivo, o mais desvalido e desumanizado de todos, some por completo do relato de Luís da Silva. A relação entre os amigos se montava pela articulação entre o intelectualismo revolucionário de Moisés, as provocações reacionárias de Luís e o movimento cambiante de Pimentel. Entretanto, todos se entendiam, não “discutiam”, e a “amizade” nesse arranjo era mantida. Julião Tavares é percebido como elemento estranho, impossível de pertencer a esse grupo, porque compreendido numa escala de valores muito maior que os outros. Suas dimensões achatam o círculo, trazendo-lhes o sentimento de rebaixamento, a começar porque é “bacharel”, ou seja, sua educação formal (e artificial) contrasta com a naturalidade e gosto pelo debate do protagonista e dos companheiros que ali se reúnem em torno, justamente, de Luís da Silva. Sua casa reproduzia a propriedade do avô e a insignificância de todos que a circundavam.

Pelo “crispado monólogo interior” (CANDIDO, 2006, p. 27) de Luís da Silva, é possível entrever que não haveria habilidades ou qualidades possíveis que vençam o poder do outro – Moisés é poliglota, Pimentel e Luís da Silva “exímios escritores”. Tal poder de Julião Tavares se ancora desde a riqueza até o discurso prolífico e seguro. O excesso (“gordo”, “perfumado”, “falador”) choca com o ambiente cuja pauta em evidência é a miséria social e cuja figura mais emblemática da destituição é seu Ivo, que sobrevive de casa em casa, pedindo comida e até furtando pequenos objetos. Não estando mais no centro, Luís da Silva “deixa a pena”, volta a ser invisível assim como era na infância,



sentimento marcadamente expresso quando os credores do armazém da família vieram para levar as mercadorias e os móveis, sem olhar para ele, conforme Bueno (2006, p. 628) destaca em sua análise. Os “amigos” também se aniquilam perante Julião Tavares, o qual vem a ser descrito como “inútil”, que poderia ser desdobrado a *violento e ignorante*, embora rico, limpo e bem educado.

Em termos metonímicos, a desqualificação de Julião pelo protagonista condena o sistema burguês capitalista como parasitário e usurpador da estabilidade de determinado esquema social do qual se tinha controle, ratificando que as nuances intelectuais e políticas do grupo de amigos de Luís não chegam a desestabilizar o conluio. O modo como esse sistema age é frio e à força, resultando no apequenamento do indivíduo. Tal atividade violenta não para aí, porque ela visa ao *expansionismo*, vai gradativamente roubando tudo do sujeito, que já se vê como “valor miúdo” ou “níquel social”.⁷ Um momento da narrativa que expressa essa sensação de perda de espaço e de inibição frente ao dominador pode ser conferido quando Luís da Silva diz que Julião Tavares “veio tornar impossíveis” as expansões que ele e Moisés adotavam por meio de um discurso natural, em oposição ao artificialismo:

Horível. Diante dele [Julião Tavares] eu me sentia estúpido. Sorria, esfregava as mãos com esta covardia que a vida áspera me deu e não encontrava uma palavra para dizer. A minha linguagem é baixa, acanhada. Às vezes sapeco palavrões obscenos. Não os adoto escrevendo por falta de hábito e porque os jornais não os publicariam, mas é a minha maneira ordinária de falar quando não estou na presença dos chefes. Com Moisés dá-se coisa semelhante. Apenas, se lhe acontece engasgar-se, recorre a locuções estrangeiras. As nossas conversas são naturais, não temos papas na língua. (RAMOS, 2004, p. 59).

Tais expansões que a linguagem propicia é elemento de aproximação entre os “amigos”, logo inibidos pela retórica burguesa de Julião Tavares. Na sequência, acerca da opinião de Julião sobre determinado poeta, lê-se a manifestação do protagonista de que o domínio do opressor mancha todos os espaços: “Filho de uma puta. Esse artista privilegiado aperreou-me durante semanas, tirou-me o apetite. Na repartição, no cinema, no jornal, no café, perseguia-me a lembrança da voz antipática [...]” (RAMOS, 2004, p. 59). Em outro momento, no qual Luís está no limite de seu ressentimento, ele assim observa: “Aqueles modos davam-me a impressão de que tudo em roda era dele. Os passeios públicos eram dele. [...] Julião Tavares que estava em todos os bancos.” (RAMOS, 2004, p. 225).



Toda essa visão de Tavares como um monstro burguês tomador de espaço e da tranquilidade alheia coloca em perspectiva o judeu Moisés, o qual, a princípio, parece evocar certo paradoxo: por que Luís da Silva o aceita em sua roda de companheiros, estando o judeu também ligado ao capitalismo? Do que foi exposto, vale retomar que, primeiro, Moisés não é figurado apenas como negociante usurário, embora, antagonicamente, a ele se articula: o seu tio é o comerciante sovina (o “judeu verdadeiro”). A discussão intelectual tem seu peso também e determina em muito essa aproximação dos dois, e a constante provocação de Luís a Moisés tem a função de manter a todo vapor o motor da linguagem por meio do *debate social*, expressão natural que em Julião Tavares se mostra “inútil” porque floreada, estéril e, assim, artificial.

É curioso que Luís da Silva provoca o judeu tanto no sentido da articulação judeu-comunismo como em relação a conceitos antijudaicos como o do “judeu ateu”, inimigo dos cristãos. Lembrando que o protagonista, sarcasticamente e alcoolizado (portanto, exposto) “gritava ao ouvido” da criada: “– Ele [Moisés] diz que a gente não precisa de Deus. Nem de Deus nem de padres. Vai acabar tudo.” (RAMOS, 2004, p. 57).

Noutro momento, Luís enfatiza a ligação entre o povo judeu e a escrita, marcadamente numa situação de confronto ao “amigo”, pela qual se mostra direto em sua ofensa:

Quando a realidade me entra pelos olhos, o meu pequeno mundo desaba. [...] encontrei Moisés encostado a um poste de iluminação, lendo um jornal.

– Acabe com essa literatura, Moisés, exclamei, impaciente. Não serve.

Moisés dobrou a folha, sorrindo:

– Que história é essa?

– É o que lhe digo. Não serve. A linguagem escrita é uma safadeza que vocês inventaram para enganar a humanidade, em negócios ou com mentiras.

– Que diabo tem você? perguntou Moisés.

– Não é nada não. É que não vale a pena, acredite que não vale a pena. Uma pessoa passa a vida remoendo essas bobagens. Tempo perdido. Uma criança mete a gente num chinelo, Moisés; qualquer imbecil mete a gente num chinelo, Moisés. (RAMOS, 2004, p. 96).



A passagem é explícita quanto a noções antijudaicas, vindo ela ao encontro do que Muller (2011, p. 101-102) explica acerca do “intelectualismo religioso” dos judeus, isto é, o contato contínuo com textos, uma “cultura de mexer com livros, lê-los e refletir sobre suas mensagens”, o que veio a formar o hábito de encontrar analogias e distinções em argumentos e de pensar de modo abstrato. Tal capacidade resultava na premiação da capacidade de argumentar, como assinala o historiador, cuja consequência não poderia ser outra, no mundo secular, que a transferência dessa capacidade de discutir temas religiosos para a discussão de temas legais e médicos, por exemplo. Em termos de negócios, mais especificamente, os judeus estavam à frente no que concerne à habilidade de cálculo, exatamente pela cultura que privilegiava a abstração.

Ocorre que Luís da Silva, afetado pela rejeição de Marina, desfere seu ressentimento ao tentar ofender Moisés juntando toda essa relação escrita-judaísmo-capitalismo de forma negativa e condenatória. A escrita, que muitas vezes é colocada como possível meio de adequação e sucesso na nova ordem urbano capitalista, é reduzida à mera ilusão, não tem serventia para Luís. Também, ela lhe parece inútil, não “vale a pena” perante um sistema no qual tem sucesso o ambicioso, mesmo sendo ele um sujeito desprovido de intelectualidade, como Marina, ou um subliterato, como Tavares, colocando no chinelo os “literatos” sensíveis, a dizer, Luís da Silva. Curioso é que o bode expiatório emerge nisso como o povo judeu, provável “origem” do calculismo e da frieza, de acordo com o discurso angustiado do protagonista.

É importante, contudo, que se diga que a admiração de Luís por Moisés passa pela da ambivalência da “literatura”. O judeu, na figura de amigo, é espécie de metáfora viva do debate intelectual. Quando Luís da Silva se vê obrigado a recorrer aos negócios do companheiro, endividando-se, este passa de judeu idealista a “Moisés das prestações”, e o constrangimento mútuo macula a relação, afastando o protagonista de sua vida social.

Nesse aspecto, o capitalismo localiza o judeu numa posição superior e incômoda para Luís, que, envergonhado, perde importante peça de seu tabuleiro tranquilo em que era rei, correndo o risco, aqui, de uma assunção severa. É que tudo parece ter um aspecto utilitário em sua vida e todos devem lhe servir, reproduzindo o arranjo patriarcal de outrora. O culpado disso tudo é Julião Tavares, responsável pela sua instabilidade, um concorrente desleal e expansionista: homem “inútil”, cujos bens e conquistas não provêm de seu *mérito*, mas de suas negociações e do dinheiro da família – “patriota e orador, não prestava para nada” (RAMOS, 2004, p. 222).

Ainda sobre Moisés, Bueno (2006, p. 639) assinala que nunca poderá ser “um igual”, “um irmão” para Luís da Silva, porque “apenas se senta junto dele”, não



sendo, pois, um “amigo” de fato. Haveria um pacto utilitário naquelas reuniões. O crítico conclui que Luís, mesmo sem ser realmente *visto* pelo judeu, mantém essa amizade ao se colocar numa posição superior, na qual apequena Moisés, como o velho Trajano, em que todos eram sua “propriedade”.

Aprofundando um pouco essa consideração, um dos meios dos quais se vale Luís da Silva para assim pairar sobre Moisés, a fim de reproduzir seu lugar numa ordem fantasmagórica, parece ser, além do aspecto intelectual e da posição paradoxal esquerdista do companheiro, a da posição marginal do judeu na sociedade. Infere-se das observações do protagonista que Moisés é um indivíduo poliglota e “intelectual”, bem de vida e, ao mesmo tempo, comunista em razão da própria *condição judaica* e não, mais uma vez, por questão de mérito. Não é de se estranhar que Luís rapidamente fantasia assassinar Moisés, em sua ansiedade de exterminar Julião:

A tranquilidade era pouco a pouco substituída por uma inquietação que me tornava brutal com os companheiros. Instabilidade, ruína, o mundo perdido. Não argumentava, não me explicava: queria descontentar Moisés:

– Não há remédio não. História. Tudo perdido.

[...] Receava-me de ofender gravemente Moisés. As minhas mãos dirigiam-se para ele, apertavam-se, como se o fossem estrangular. Eu procurava qualquer coisa, apalpava o bolso que tinha a corda [para enforcar Julião Tavares] e fazia um chumaço no paletó velho. Baixava a cabeça, prendia as mãos entre as pernas, envergonhado, perguntava a mim mesmo se Moisés teria percebido a tentação e os movimentos. Parecia-me ter cometido uma falta. Selvagem.

– Ora, sim senhor. Em conversinhas como esta é que se armam fuzuês medonhos.

Dizia isto em voz baixa, mas os dois amigos ouviam algumas palavras e espantavam-se. Fuzuês medonhos, brigas, sopapos, tiros. Lá vinha o título enorme da notícia, em quatro colunas: “Comunista assassinado num café.”. Ruim título. Pimentel arranjará outro melhor. (RAMOS, 2004, p. 201).

Agora, o judeu é ligado ao comunismo, sistema que igualmente se mostra falso para Luís da Silva, que o condena várias vezes, sendo que não haveria “lugar”



para ele numa “revolução sem vírgulas e sem traços”, conclusão que chega após ver um muro pichado com os dizeres “Proletários, uni-vos”, faltando justamente tais elementos gráficos. Novamente, é detectável a percepção da “falta”, do “defeito” e da “inutilidade”, tudo aliado ao rebaixamento do outro, visto como ignorante. Na dissecação de alma seguida de sua reconstituição, “com uma multiplicidade admirável dentro da sua monotonia pungente” – tomando palavras de Mário de Andrade (1972, p. 156) –, o relato de Luís da Silva vai formando uma crítica dura à sociedade em geral, colocando a nu os limites de qualquer ação frente a um sistema brutal.

Por outro lado, seria possível ler certa inconsciência do apego do protagonista ao arranjo patriarcal dos velhos tempos e sua tentativa de mantê-lo no espaço presente. A crítica ao sistema passa também pela formalização do ressentimento desse sujeito que, em vez da revolta plena que exige emancipação política pela justiça social, usa do expediente da brutalidade arcaica para tentar se livrar do sistema que mina sua vida de pequeno burguês obcecado pela estabilidade, para usar a análise de José Paulo Paes (2008, p. 66).

O outro que serve a Luís da Silva é o que está abaixo dele, funcionando como peça em sua maquinaria configurada para o alívio das pressões sociais. “Tranquilo, perfeitamente tranquilo” era ter ao lado seu Ivo, ajuizado como “grande patife” que “vagabundeava” pelos municípios e casas, espelho, no final, de seu próprio sentimento de passividade social: “Bêbado sempre, cochilando, babando, seu Ivo não encontra sossego [...] Não sabe tomar os objetos que necessita: pede, furta, é um indivíduo inferior (RAMOS, 2004, p. 223); Pimentel, que “não desgostava de ninguém” e que, em seus artigos, era furioso e agressivo, mas “em conversa” aprovava “tudo o que a gente” dizia (RAMOS, 2004, p. 200).

Por fim, Moisés, o qual não passava, tendo em vista o que foi exposto, de um *judeu*, cuja identidade lhe imprime padrões milenares dos quais ele não pode se ver livre. Assim, Moisés está na mesma posição da escala social daqueles de “espinha curva”, usando inferência de Paes (2008, p. 62),⁸ quando comparado ao “espinhaço apumado em demasia” (RAMOS, 2004, p. 145) de Julião Tavares: a propósito, Moisés é descrito por Luís da Silva como “de ombros estreitos” e “corcunda” (RAMOS, 2004, p. 29). Em última instância, não parece equivocado concluir que o judeu, comparado a um pobre-diabo como Luís da Silva, é sujeito “forasteiro” condenado *a priori*, cujo lugar determinado na sociedade nacional se localiza numa posição inferior do homem branco e livre, o pequeno burguês, “brasileiro orgulhoso” de sua classe e origem. À vista disso, o judeu estaria à margem da margem, ainda que seja, no final das contas, um



“burguês”, tão branco e brasileiro quanto o outro, como se pode entrever em *Angústia*.

Logo, o valor para Luís da Silva, criado nas relações patriarcais, passa pela conquista social baseada na meritocracia, na tradição colada ao homem que se esforçou para ter seus bens. A riqueza do judeu parece falsa, porque originada do efeito colateral e ambivalente do capitalismo: a desigualdade, que se converte em juros, prestações, negociações espúrias. O patrimônio de Julião Tavares e de sua família igualmente é percebido como sujo porque ligado ao capitalismo urbano, ao comércio, à ideia de expansão, diferente do patrimônio do velho Trajano erigido no suor do trabalho da terra e arruinado por aqueles mesmos capitalistas dominadores. Cidade e mercado formam uma entidade *pecadora*. A possível transição da velha para a nova ordem, valendo-se de Bueno, realmente parecia ser para Luís da Silva o casamento, arranjo social em que o protagonista investe todas as suas economias e se mostra aberto. Inclusive é aí que seu recalque social, muito atrelado ao seu moralismo sexual, encontra um ponto de alívio. A salvação do pecado capitalista aí se expurgaria.

Na ruína de seu projeto numa vida de liberdade, limpa e plena, na qual a “literatura” lhe garantisse sustento e reconhecimento, os “amigos” reproduzissem os lugares sociais determinados onde ele restituiria sua posição de centro, também Marina fosse o arremate final de sua estabilidade (tanto quanto o prêmio da loteria, luz providencial do capital), Luís da Silva vê a fragilidade do sujeito acuado pelo sistema político-econômico avassalador. O assassinato de Julião Tavares, ao em nada mudar sua vida, lhe desfere o golpe final: ele também é uma *figurinha insignificante* na ordem em que se encontra. O fim das ilusões é, por ironia, descortinado pela sua própria decisão de exterminar o que era, na verdade, apenas o efeito. Do alto de um ser “honrado” que busca um projeto de vida, resta apenas o sono da projeção.

* **Márcio Henrique Muraca** é Doutor pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Graduado pelo Centro Universitário Moura Lacerda.

Notas

¹ Analogamente à análise de Luís Bueno (2006, p. 626-628), na qual a “alegria” de Luís da Silva parece se dar pela “separação do resto”, dos outros. A fuga, segundo o crítico, é outra ânsia que surge com frequência no protagonista, mas nunca realizada. Outro ponto a retomar de Bueno é que a solidão do personagem não é plena: o protagonista está sempre em busca de se encaixar



em alguma nova ordem, uma vez que a velha ordem da infância, dos tempos de fazenda, não existe mais. O contexto urbano-capitalista, no que aqui é proposto, lhe tira todo poder de ação, considerando um sujeito que busca o refúgio na interioridade.

² A literatura também surge relacionada ao capitalismo, à capitulação ao mercado e ao ressentimento de Luís da Silva à margem da “prostituição” da arte, logo no início de *Angústia*: “Certos lugares que me davam prazer tornaram-se odiosos. Passo diante de uma livraria, olhos com desgosto as vitrinas, tenha a impressão de que se acham ali pessoas exibindo títulos e preços nos rostos, vendendo-se. É uma espécie de prostituição.” (RAMOS, 2004, p. 7).

³ Convém assinalar que a raiva não se confunde com ressentimento. De acordo com Maria Rita Kehl (2007, p. 20-21), “a raiva tem seu prazo de validade e deve encontrar resolução ou na vingança, ou no perdão”. O paradoxo de Luís da Silva é que, mesmo matando Julião Tavares, fica-lhe a sensação de ressentimento, porque o que lhe oprime não é o *outro* em si, mas o sistema formado por uma teia opressiva de “outros”.

⁴ Ver o artigo de Agamben na página eletrônica referenciada nas referências deste artigo.

⁵ Assim Luís da Silva se expressa enquanto “desenterra” as economias de Vitória: “ – Que miséria! Que miséria! [...] Repetia as palavras como um idiota [...] Mas os dedos continuavam a remexer os torrões. Cavando a terra com as unhas, como um gato! [...] – Que miséria! Que miséria!” (RAMOS, 2004, p.153).

⁶ Revalidando que Jerry Z. Muller (2011) desmonta o mito do povo judeu “em geral” intimamente ligado ao socialismo. Ver “Anticapitalismo radical”, p. 149-202.

⁷ Luís da Silva afirma: “Considerava-me um valor, valor miúdo, uma espécie de níquel social, mas enfim valor.” (RAMOS, 2004, p. 46). O verbo considerar no passado põe em realce o ressentimento por uma condição de estabilidade e conformação social rompida. Bueno (2006, p. 630) considera que esse “valor miúdo” para Luís da Silva ainda era melhor do que a invisibilidade da infância e de outros momentos de sua trajetória, daí a raiva que lhe invade quando “Julião Tavares” desestabiliza essa conformação.

⁸ José Paulo Paes (2008, p. 61-62) afirma que o gesto mais característico dos personagens de *Angústia* é a “cabeça baixa”, metonímia da submissão e do achatamento social. Nessa observação, o crítico encontra a oposição “espinha reta x espinha curvada”, que se aplica, fundamentalmente, a Julião Tavares e Luís da Silva, mas perfaz toda a narrativa atingindo todos os personagens, na mesma chave “posição inferior/superior”. A altivez e o vigor de Marina, lembra



Paes (2008, p. 62), é perdida quando Luís da Silva a flagra cabisbaixa depois do aborto submetido em razão do abandono, grávida, de Julião Tavares.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Benjamin e o capitalismo. Trad. Selvino J. Assmann. In: *Instituto Humanitas Unisinos*, 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520057-benjamin-e-o-capitalismo-artigo-de-giorgio-agamben>>. Acesso em: 18 set. 2015.

ANDRADE, Mário de. A psicologia em ação. In: _____. *O empalhador de passarinho*. São Paulo: Martins, 1972. p.149-153.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CARPEAUX, Otto Maria. Autenticidade do romance brasileiro. In: _____. *Ensaio reunidos*, v. 1, (1942-1978). Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MARX, Karl. *Ökonomische manuskripte* [Manuscritos econômicos – 1857-1858]. Trad. Claus M. Germer. Berlin: Dietz Verlag, 1976.

MULLER, Jerry Z. *Os judeus e o capitalismo mundial: o que explica o sucesso judaico nas sociedades capitalistas?* São Paulo: Saraiva, 2011.

PAES, José Paulo. O pobre-diabo no romance brasileiro. In: _____. *Armazém literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 50-74.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro: Record, 2004.